

Operação Condor: A internacionalização do terror¹
 Operación Cóndor: La internacionalización del terror
 Operation Condor: The internationalization of terror

Leonardo Marmontel Braga

“Muitas pessoas dificilmente admitem que o mundo vive numa situação de guerra permanente”, Gral. chileno Bacigalupo, Academia Superior de Seguridad Nacional no primeiro número da revista *Seguridad Nacional* in: Comblin, 1978: 32.

RESUMEN: La internacionalización del terrorismo de Estado implantado en el Cono Sur, entre los años '70 y '80, reunió los países de la región, para combatir el peligro del avance del comunismo internacional. Para este fin, fue planeada y estructurada una estrategia política que originó la Operación Cóndor. En este artículo se analiza la forma en que se llevó a cabo la internacionalización del terror, sus principales impactos, especificidades y resultados.

PALABRAS CLAVE: Operación Cóndor, internacionalización del terror, dictadura, represión, exilio.

ABSTRACT: The internationalization of State terrorism implanted in the Southern Cone, between the 70's and the 80's, brought together the countries of the region, aiming to combat the danger of the advancement of international communism. For this purpose, it was planned and

1 Este artículo forma parte de la tesis de maestría en Relaciones Internacionales, intitulada “A internacionalização do terror: O exílio argentino”, presentada y defendida en julio de 2012.

structured a political strategy that originated the Operation Condor. This article discusses the way that took the internationalization of terror, its main impacts, characteristics and results.

KEY WORDS: Operation Condor, internationalization of terror, dictatorship, repression, exile.

RESUMO: A internacionalização do terrorismo de Estado implantado no Cone Sul, entre os anos '70 e '80, congregou os países da região, visando combater o perigo do avanço do comunismo internacional. Para tanto, foi planejada e estruturada uma estratégia política que deu origem a Operação Condor. Neste artigo discute-se a forma que assumiu a internacionalização do terror, seus principais impactos, características e resultados.

PALAVRAS-CHAVE: Operação Condor, internacionalização do terror, ditadura, repressão, exílio.

Introdução

Os Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria, procuraram fortalecer sua presença na América Latina. Para tanto, em 1945, no México, durante a Conferência de Chapultepec, eles levaram ao conhecimento dos militares latino-americanos as teorias anticomunistas formuladas pelos Estados Unidos da América (EUA) que justificavam tal política. Começava uma nova era nas relações entre América Latina e Estados Unidos durante o período da Guerra Fria.

A Doutrina da Segurança Nacional (DSN), que teve forte impacto na América Latina nessa época, serviu de justificativa às ações dos militares na região. A DSN teve suas origens no pensamento militar francês da Guerra da Argélia (1954-62) e foi adaptada pelos EUA para apoiar suas ações na América Latina (Comblin, 1978).

Seu principal objetivo era construir um escudo hemisférico contra a presença do comunismo internacional no continente americano. Segundo essa doutrina, o inimigo de um país era também dos demais países fronteiriços². Tal era a razão de, gradualmente, os países da região

2 Essa forma de atuação exemplifica o conceito de Fronteiras Ideológicas durante a Guerra Fria, utilizado para justificar essa última. Defendia um mundo dividido unicamente por duas fronteiras ideológicas: a capitalista, do bloco Ocidental, e a socialista, do bloco Oriental, significando que não existia distinção entre a política interna e externa quando estivesse em perigo a segurança nacional de um país da região. E segundo Fernandes (2009:43), foi “[...] o fundamento da criação da Operação Condor”.

articularem suas ações militares.

A partir dos anos 1960, implantaram-se Estados repressivos e terroristas, que se perpetuaram por muitas décadas. A esse processo foram aderindo progressivamente o Brasil (1964), a Argentina (1966), o Peru (1968), a Bolívia (1969), o Chile (1973) e o Uruguai (1973)³.

Cada um desses países contribuiu de forma diferente para a constituição, consolidação e estratégia militar no âmbito da política interna e externa. Inicialmente, o Brasil cumpriu um papel de destaque no lançamento das bases da futura DSN, a qual posteriormente integraram os demais governos. Para o avanço das ditaduras que foram implantando-se em cada um dos países, os militares contaram em maior ou menor escala, com o apoio de empresários, de líderes religiosos, e de outros grupos da sociedade civil.

O processo de constituição da Operação Condor contou com a assistência das principais agências norte-americanas de serviço secreto. CIA e FBI, através de auxílio financeiro e técnico, treinaram e assessoraram os militares em técnicas de combate aos grupos opositores, durante todo o período das ditaduras civil-militares *conosureñas*.

O ano-marco da constituição da Operação Condor foi 1975. A partir de então Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai foram aderindo a ela através de ações militares conjuntas, que serão discutidas no decorrer do texto. Em 1978, Peru e Equador seguiram o exemplo dos países mencionados.

Na continuação deste trabalho será abordado o processo de internacionalização do terrorismo de Estado no Cone Sul, através da Operação Condor⁴, analisando-se primeiramente o conceito de internacionalização do terror e da Doutrina de Segurança Nacional, ambos de suma relevância para compreensão do tema. Apresenta-se também uma sucinta reconstituição da história da Condor, bem como seus principais atores, motivações e características, destacando-se a particularidade da partici-

3 O Paraguai, sob um intenso regime de exceção iniciado em 1954, pelo menos até a década de 60, não partilhou de características tão específicas como àquelas do sistema de segurança nacional (Comblin, 1978). “Por isso, pode-se afirmar que a ditadura de Stroessner deu prosseguimento a uma dinâmica política marcada por regimes autoritários [...] pautada por uma longa sucessão de governos autoritários e militaristas”, tendo somente mais tarde, gradualmente, assimilado traços e componentes da DSN (Padrós, 2008: 2). Isto é, o caso paraguaio foi resultado de um histórico caudilhista, que não teve inicialmente origem na DSN, como os regimes brasileiro, boliviano, argentino, chileno e uruguaio a partir dos anos 60.

4 Utilizar-se-á, destarte, preposições e pronomes femininos para referir-se ao gênero da palavra *operação*.

pação brasileira⁵. Evidenciam-se igualmente a situação dos alvos, das vítimas e do exílio de cidadãos *conosureños*. Nas considerações finais foram relatadas todas as principais singularidades assumidas por tal processo de terrorismo de Estado na região, tal como os atores que colaboraram material ou politicamente para os resultados atingidos.

Por último, faz-se necessário destacar que o presente artigo resultou da pesquisa realizada para a dissertação de mestrado deste autor, intitulada “A internacionalização do terror: o caso argentino”⁶. Quando, então, optou-se pela utilização de entrevistas de um grupo de ex-exilados argentinos, para introduzir uma impressão mais subjetiva sobre tais fatos históricos, mas que não foram aqui descritos por uma questão de espaço.

A internacionalização do terror no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional

Não há um consenso entre os pesquisadores que tratam do tema do terrorismo de Estado e sobre como ocorreu sua internacionalização na região⁷. Inúmeras são as abordagens encontradas na bibliografia sobre o assunto. Algumas destacam o papel cumprido pela cooperação e alianças já existentes entre os militares dos Estados envolvidos e outros também pelas alianças cívico-militares existentes em todos os países estudados⁸. Exemplo dessas alianças foi a Triple-A na Argentina que começou sua atuação durante o segundo governo peronista, de María Estela Martínez Cartas de Perón (popularmente conhecida como Isabelita Perón), a partir de 1974.

Face às inúmeras definições, optou-se pela perspectiva de Cuya (1993), de Gaudichaud (2003) e de Reis (2009: 915), que, como nes-

5 Os governos *conosureños* contaram com a colaboração do aparato repressivo do governo militar brasileiro, desconstruindo gradativamente a ideia de uma participação velada da ditadura civil-militar brasileira nessa Operação. Alguns trabalhos que demonstram a violência do regime brasileiro durante seus 21 anos e que manifestam oposição ao conceito de “ditabranda”, cunhado pelo General Pinochet em 1983, e reciclado pelo jornal brasileiro Folha de S. Paulo em 2009, para adjetivar esse governo brasileiro são: Bauer (2011), Filho (2009), Krischke (2008), Weissheimer (2011).

6 Para maiores informações consulte Braga (2012).

7 Neste estudo optou-se pelo uso constante do termo internacionalização do terror, para descrever a expansão, integração e funcionamento internacional do terrorismo de Estado, no Cone Sul, a partir da Condor.

8 Já autores como Abramovici (2001), Arratia (2010), Bauer (2011), Calloni (1999), Cunha (2010), Dinges (2005), Méndez (2006), Padrós (2005) utilizam os termos *rede internacional*, *ou coordenação internacional repressiva*, *ou ainda, terrorismo de Estado com abrangência internacional*, caracterizando esse plano multinacional.

te estudo, pretendem “[...] evidenciar o procedimento [...] da chamada Operação Condor, que nada mais foi que a internacionalização do Terrorismo de Estado no Cone Sul da América Latina”.

Por sua vez, esta internacionalização do terror teria sido então resultado da

repressão interestatal contra um inimigo, qualificado como ator internacional. O terror internacionaliza-se quando dois ou mais Estados-nação reúnem suas forças políticas e militares para conter o avanço de um adversário comum. Para eliminar esse inimigo, utilizam-se as forças de segurança nacionais (Forças Armadas, Polícia) e organismos de informação (Agências de Inteligência) dos países aliados, para atuarem clandestinamente além das fronteiras nacionais. Essa atuação internacional, ilegal, é justificada pela necessidade de exterminar opositores aos regimes políticos ditatoriais, denominados “subversivos” em ambos os territórios, por acreditarem que esses colocam os interesses econômicos e políticos das burguesias de tais países em risco (Braga, 2012: 17).

A internacionalização do terror, resultante da ação da Condor no Cone Sul, marcou profunda e dramaticamente a política e a vida das sociedades da região, através dos recursos mais cruéis para fazer desaparecer seus opositores. Pela primeira vez, no século XX, na América do Sul ocorreram inúmeros casos de terrorismo de Estado como desaparecimentos de pessoas, torturas, sequestros de bebês e voos da morte, tendo muitos cidadãos e suas famílias de abandonarem os países para salvar suas vidas.

O aumento do número de exilados dos países do Cone Sul foi elevadíssimo, sendo seus destinos outros países latino-americanos, ou europeus, que os acolheram como exilados ou não. Muitos viveram nessa condição até o período de redemocratização de suas pátrias. Enquanto outros optaram por não regressar, temendo represálias e/ou por terem reconstruído suas vidas nos países de destino.

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) contribuiu para produzir um pensamento militar sul-americano adaptado aos tempos da Guerra Fria. Para incubar nos militares e civis que os apoiavam este pensamento e um *modus faciendi* anticomunista, foram fundadas escolas militares, nos moldes do *National War College* ou do *Industrial College of the Armed Forces*, ambos criados entre as primeiras décadas do século XX, nos Estados Unidos. Analogamente, em 1949, o Brasil criou a Escola Superior de Guerra (ESG) e, em 1974, no Chile fundou-se a *Academia Superior de Seguridad Nacional* para formar militares e funcionários do governo.

Os professores dessas escolas indicam aos alunos textos para serem lidos, diversos papeis e esquemas de estudo para os seminários. É este, fundamentalmente, o material que nos permite conhecer a Doutrina de Segurança Nacional. Ora, se compararmos os textos dos Estados Unidos, do Brasil ou do Chile, constataremos uma espantosa semelhança entre eles: a língua difere, porém os conceitos são idênticos. Há certamente uma doutrina muito rígida que vem dos Estados Unidos e é transmitida quase sem modificações nas escolas de segurança nacional da América Latina (Comblin, 1978: 22).

Todas as lições sobre a guerra, ensinadas e aprendidas nos manuais e cursos de estratégia sobre a DSN, foram sintetizadas e transmitidas pelos oficiais sul-americanos em suas próprias instituições de ensino para suas Forças Armadas. Estas contribuíram para a formação dos militares para enfrentar as novas circunstâncias. Após a chegada ao poder, foram incansáveis e intolerantes na repressão quanto a qualquer vestígio de oposição. Tudo tornou-se uma questão de segurança da nação. Sobre isso Comblin (1978: 16, grifo meu) comenta que

A Ideologia de Segurança Nacional, colocada acima da segurança pessoal, expande-se por todo continente latino-americano [...]. Inspirada nela, os regimes de força, em nome da luta contra o comunismo e a favor do desenvolvimento econômico, declaram guerra a todos os que não concordam com a visão autoritária da organização da nova sociedade. O treinamento em vista dessa ‘guerra anti-subversiva’ contra o comunismo [...] leva a um embrutecimento crescente de seus próprios agentes, e gera um novo tipo de fanatismo, um clima de violência e medo. As liberdades de pensamento e de imprensa são sacrificadas, as garantias individuais são suprimidas. Essa doutrina leva os regimes de força a recorrer [...] [a] o abuso do poder do Estado, as prisões arbitrarias, as torturas, a supressão da liberdade de pensamento.

Além desses institutos, entre 1961 e 1962, criou-se a Escola das Américas (*School of Americas*), localizada na região do Canal do Panamá. Este estabelecimento de treinamento militar internacional tinha como função treiná-los com técnicas contrarrevolucionárias, para combater movimentos revolucionários, esquerdistas, comunistas, ou opositores, chamados de “subversivos” nos países latino-americanos. Essa escola internacional militar visava também evitar o surgimento de novas ações e a tomada do poder por grupos insurgentes, como havia ocorrido no caso de Cuba, em 1959.

Essa instituição foi outra forma de intervenção norte-americana na região latino-americana. Conforme Pio P. Filho (2009, 50) recaem sobre essa unidade de ensino militar “[...] sérias acusações de [...] ter se tornado a maior base de desestabilização política da América Latina, uma vez que sua doutrina de combate ao inimigo interno [...] favoreceu enormemente o estabelecimento de regimes de exceção [...]”.

Ex-alunos dessa escola encabeçaram, posteriormente, os quadros militares dos governos ditatoriais do Cone Sul. Com o *know-how* estadunidense da DSN, das técnicas de captura, dos interrogatórios, esses oficiais tornaram-se especialistas em práticas terroristas, de tortura, de guerra psicológica e de serviços de Inteligência, descritos nas obras dos oficiais franceses, tais como Trinquier e Beaufre, combatentes na Guerra da Argélia (1954-62)⁹.

A DSN difundia uma visão de mundo de guerra total, generalizada, constante e contrarrevolucionária entre o Ocidente e o comunismo internacional. Os conceitos centrais que integravam essa doutrina de origem americana, mas também germano-francesa, foram gradativamente sendo apropriados e aplicados pelos militares sul-americanos cujo principal objetivo era defender o capitalismo internacional, os valores cristão-ocidentais e a democracia liberal.

Na América Latina os militares sul-americanos defendiam a necessidade da permanência de uma Guerra Fria internacional e onipresente, disputada em todos os planos: “militar, político, econômico, psicológico [...]” (Comblin, 1978: 39)¹⁰.

A origem da Operação Condor

No segundo semestre de 1975, o coronel chileno Juan Manuel Guillermo Contreras Sepúlveda organizou o primeiro encontro secreto des-

9 Para mais informações sobre os integrantes da infame Organisation de l'Armée Secrète (OAS) assista ao documentário francês, dirigido por Marie-Monique Robin, em 2004, *Les Escadrons de la Mort* (70min).

10 Nesse sentido, surgiram diferentes conflitos internacionais ao redor do mundo sob a premissa de libertação nacional, travados entre os defensores dos blocos capitalista e socialista. São exemplos disso a Guerra da Indochina (1946-54) entre franceses e a Indochina Francesa (posteriores Estados do Camboja, Vietnã do Norte, Laos e Vietnã do Sul); a Guerra da Argélia, entre franceses e argelinos e/ou também a Guerra do Vietnã (1955-75), entre Estados Unidos, sul-vietnamitas juntos de outros países do bloco ocidental contra norte-vietnamitas, soviéticos e demais aliados.

tinado a reunir as principais lideranças político-militares dos serviços de inteligência do Cone Sul. Segundo o documento encontrado no acervo paraguaio¹¹, em 29 de outubro do mesmo ano, o Coronel Contreras, então diretor da Dirección de Inteligencia Nacional (DINA)¹², convidou o General Francisco Alcides Brites Borges, chefe da polícia secreta do Paraguai, para participar da denominada *Primera Reunión de Trabajo de Inteligencia Nacional* (Méndez, 2006). Para a ocasião, foram igualmente convidados os representantes de outros países da região, como Argentina, Bolívia, Brasil e Uruguai, que enviaram assessores dos diretores de suas agências nacionais de informação e segurança.

O militar chileno antecipava que o encontro seria de grande importância, pois, seria a “[...] base de una excelente coordinación y un mejor accionar en beneficio de la Seguridad Nacional de nuestros respectivos Países” (Chile, 1975: 1). Essa primeira reunião teve início no dia 25/11/75¹³, em Santiago do Chile, encerrando-se no dia 1º de dezembro,

11 O acervo documental Archivos del Terror, ou Archivos Cóndor, localizado no Centro de Documentación y Archivo, em Asunción, no Paraguai revela uma parcela das origens da Operação Condor. Em dezembro de 1992, descobriu-se um vasto conjunto de documentos da polícia secreta paraguaia, sobre a ditadura de Stroessner. Segundo John Dinges (2005, 352-351), “a descoberta [...] é de longe a maior coleção de documentos anteriormente secretos da força de segurança de qualquer um dos países” da Operação Condor. Na época do funcionamento da Condor os militares eram obrigados a registrar cada ação ou decisão relativa ao combate à subversão nos seus países, como revela o acervo documental paraguaio. Armazenaram-se milhares de passaportes de cidadãos nacionais e estrangeiros, fotografias, relatórios diversos sobre encarceramentos e também o nome de indivíduos que constavam como desaparecidos, entre outros documentos. A análise de alguns desses registros, disponíveis online, foi fundamental para rastrear ao menos uma parcela das origens, dos fundamentos, dos objetivos, das vítimas e de outras características pertinentes à Operação Condor. Diversas cópias digitalizadas desses arquivos encontram-se disponíveis para consulta nos seguintes sítios cibernéticos: <www.gwu.edu/~nsarchiv/> e <http://www.aladin0.wrlc.org/gsdll/collect/terror/terror_s.shtml>. Acesso em: 20 jan. 2012.

12 Foi a principal agência repressiva da Condor. Em 1974 possuía o efetivo de “[...] 600 agentes militares y empleados civiles, estos últimos eran el 20% del total, la mayoría reclutados en los barrios bajos entre asesinos y criminales. Ya en 1977 estaba compuesta por unos 9.300 agentes e informantes que rastreaban a opositores en todos los rincones de Chile y en el extranjero (Méndez, 2006: 19-20).

13 O auto do julgamento do ex-presidente chileno Augusto Pinochet Ugarte, realizado em 1998, em Madrid, pelo juiz espanhol Baltasar Garzón, discorda da data supracitada, afirmando que na verdade a primeira reunião aconteceu em outubro de 1975 (España, 1998). Essa data é ainda muito questionada e controversa, em ampla gama de estudos até então produzidos. Isso, também, porque existem teorias recentes que apontam para a ocorrência de espécie de “micro-Operações Condor” ou parcerias entre governos binacionais anteriores à década de 1970.

quando, supostamente, ocorreu a formalização da Operação Condor¹⁴ (Chile, 1975; Cunha, 2010; Krischke, 2008).

O encontro visava conscientizar os militares sobre a necessidade de integrar as forças de segurança e Inteligência para facilitar a perseguição internacional dos “subversivos”. A união desses atores funcionaria como um escudo, uma espécie de bloqueio regional contra o avanço do comunismo internacional na região. O êxito de suas operações era a condição da preservação e a vigência dos ideais ocidentais cristãos, sociopolíticos, principalmente os econômicos, dos países da região.

Além desse encontro, outras reuniões multi e bilaterais (em situações de urgência) ocorreram em diferentes países para avaliar a eficácia das estratégias adotadas. Esses encontros internacionais asseguravam à Condor maior eficiência dada à colaboração entre todos os exércitos.

O fracasso norte-americano na Guerra do Vietnã foi decisivo para a decisão de criar a Operação Condor. Em abril de 1975, as informações sobre a derrota do Vietnã do Sul (aliado ianque) foram levadas ao encontro em Santiago no segundo semestre daquele ano, inquietando os militares que consideravam que inimigo semelhante existia na região. Os militares, considerando que o mesmo fracasso poderia ocorrer no Cone Sul, decidiram imprescindível e urgente o desenvolvimento de uma organização contrarrevolucionária regional.

Miguel Arraes afirmava que esse conflito na Ásia havia sido decisivo para a criação da Condor. O ex-presos político brasileiro, exilado na Argélia, explicava que “o Plano Condor decorreu do impasse na Guerra do Vietnã, que fez os Estados Unidos temerem novos confrontos” (Jornal do Comércio, 2001). Isto é, além do exemplo cubano (1959), agora convivia-se com o vietnamita. Por isso, devia-se evitar que novos Estados fossem contaminados pela “gripe socialista”, impedindo que mais uma peça do tabuleiro da Guerra Fria fosse perdida pela superpotência norte-americana. Sendo assim, a combinação do fracasso asiático e a necessidade de combater o inimigo no Cone Sul fortaleceram o discurso relativo à urgência de uma libertação política da região.

14 A utilização do nome Condor é uma analogia à ave tradicional da região da Cordilheira dos Andes, o Vultur gryphus. Este pode ter até 3,2 metros de envergadura e pesar mais de 12 kg, características que lhe conferem o título de maior ave de rapina do mundo. Ele consegue permanecer no ar por muito tempo, percorre longas distâncias e grandes altitudes com velocidade acima de 80 km/h. Ademais, possui visão apurada, visualizando facilmente os animais mortos de que se alimenta. Sua imponência é apropriada às reais ambições da Operação Condor, pois a Condor perseguiu, fez desaparecer e matou suas presas independentemente do território onde se encontrassem, eis assim mais uma representação de sua internacionalização (Cunha, 2010).

A iniciativa de criação da Operação Condor coube às cinco ditaduras civil-militares sul-americanas e um governo sul-americano, que era constitucionalmente democrático. A extrema-direita da Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai e Argentina, respectivamente, decidiram pelo plano, diante da eminência desse perigo (Jornal do Comércio, 2001). Foram as lideranças políticas desses países que deram o aval que os militares precisavam para acionar a ação militar unificada de repressão à subversão. Cabe ressaltar novamente que disso fez parte também o governo democrático argentino, através de sua Triple A, alguns anos antes mesmo do golpe de 1976.

O aniquilamento da ação “comunista” foi o objetivo perseguido pela Condor. A troca de prisioneiros, os sequestros, as perseguições internacionais, o uso do terrorismo psicológico de Estado e as torturas foram os recursos utilizados para o extermínio do inimigo e de seus aliados, onde quer que estivessem eles. Os assassinatos políticos funcionavam como uma medida definitiva contra os subversivos e para um futuro processo de abertura política. Conforme Miguel Arraes: “[...] Era uma prevenção diante de uma abertura que precisava ser controlada. Era o que se passava na cabeça da extrema-direita do Cone Sul. O desaparecimento dessas pessoas foi uma condição para a abertura” (Jornal do Comércio, 2001).

Em 25 de agosto de 1975, conforme documento da CIA, o *Cel. Contreras* esteve na sede da agência de informações, onde almoçou com o então diretor dessa agência, Vernon Walters. Walters sugeriu-lhe ir diretamente de Washington à Caracas, chegando dois dias depois, em 27 de agosto. O motivo da visita à capital venezuelana era discutir com os funcionários da DISIP (*Dirección General Sectorial de los Servicios de Inteligencia y Prevención* – a Inteligência venezuelana) um plano pioneiro de contenção regional do avanço do comunismo, cujo, três meses mais tarde, se transformou na Condor. Contreras discutiu com os funcionários a possibilidade realizar intercâmbios de informações de exilados chilenos que se encontravam em Caracas. Mas, o presidente venezuelano, Carlos Andrés Pérez Rodríguez, não autorizou a inclusão de seu país no plano, o que não impediu que a conexão repressiva da Condor contasse com colaboradores da Venezuela, através da própria DISIP. Ela auxiliou a Condor em ações na América Latina, como a tentativa de capturar o terrorista de nacionalidade venezuelana *Carlos, o Chacal*¹⁵ (Dinges, 2005).

15 Preso em 1994, na França, Ilich Ramírez Sánchez, mais conhecido como Carlos, o Chacal foi um dos mais famosos terroristas internacionais sul-americanos. “[...]”

A Condor contou com novos cúmplices no final da década de 1970. Duas repúblicas andinas associaram-se a ela em janeiro e abril de 1978. “Nunca antes se viu uma organização de terrorismo de Estado tão ampla (os seis fundadores e, já no final, acrescidos de Equador e Peru)” durar tanto tempo (Cunha, 2010: 3)¹⁶. Acredita-se que uma das últimas ações da Condor tenha ocorrido em 1980, na desarticulação de grupo de guerrilheiros peruanos.

O *Movimiento Nacionalista Cubano* (MNC) foi outro colaborador importante que pactuou em diversas investidas com a Condor. O MNC foi fundado pelos cubanos Felipe Rivero Díaz e Guillermo Novo Sampoll em 1959, exilados em Nova Iorque. Era uma organização terrorista declaradamente fascista “[...] definindo así una estrategia de terror contra funcionarios e instalaciones cubanos en el exterior y contra todo aquel que apoyara al gobierno de Cuba” (Méndez, 2006: 8). Ela atuou em diversos atentados da Condor, cooperando, principalmente, com os objetivos da ditadura chilena, inclusive no assassinato do casal Prats na capital argentina.

O sistema repressivo internacional da Condor, também, contou com o clandestino apoio dos serviços da Inteligência norte-americana. O governo norte-americano durante a Guerra Fria recomendava a unificação das agências de informações sul-americanas, sob a supervisão da *Central Intelligence Agency* (CIA)¹⁷. A CIA intermediava os contatos, interconectando as iniciativas de diferentes exércitos e fornecendo a capacitação técnica, militar e ideológica aos parceiros sul-americanos. Além dela, o *Federal Bureau of Investigation* (FBI), outro serviço de informações americano, participou veladamente da Condor. O próprio Cel. Contreras confessou publicamente que ambas as instituições tinham acesso às informações produzidas por tais agências, comprovando assim a participação dos EUA na internacionalização do terrorismo de Estado dos países do Cone Sul (Dinges, 2005).

Permaneceu livre por mais de vinte anos, cometendo atos de terror cada vez mais notórios, inclusive o sequestro dos ministros do óleo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) [...]. Numa ocasião, [...] se vangloriou [...] pela morte de 83 pessoas” (Dinges, 2005: 148).

16 Como também afirmam Cuya (1993), Dinges (2005), Gaudichaud (2003), Mariano (2006), Méndez (2006), Padrós (2005) e Paredes (2004).

17 Agência central de inteligência civil e de informações de segurança nacional dos EUA forneceu aos agentes latino-americanos verdadeiras “aulas de tortura”, através de manuais que ensinavam, por exemplo, o nível de choque elétrico que pode receber um corpo humano sem levá-lo ao coma ou provocar sua morte (Gaudichaud, 2003).

O sucesso da atuação internacional do plano resultou da identificação das posições políticas entre seus integrantes e dos mecanismos de segurança adotados por todos os países parceiros. Estes se haviam comprometido a repassar toda e qualquer informação considerada suspeita e a unificar os seus serviços secretos nacionais.

Outra condição para o êxito das operações foi o desenvolvimento de uma base de dados central¹⁸, contendo informações pessoais e de organizações interligadas, direta e indiretamente, com atividades consideradas contrárias ao governo. A partir dela aumentou-se a velocidade no intercâmbio dessas informações arquivadas. Isso criou um sistema tecnologicamente moderno e diversificado de comunicação através de serviços telegráficos (telex), chamado de *Condortel*, com computadores, microfilmagem, recursos criptográficos, chamadas telefônicas com dissimuladores de voz, e o sistema tradicional de correios (Dinges, 2005; Mariano, 2006).

O “bloqueio internacional” ao comunismo na região era coordenado pela sede em Santiago (do Chile). Ela contava com um diretor-geral (rotativo), responsável pelo controle das informações e ações regionais, auxiliado por uma Secretaria. Participavam igualmente funcionários técnicos internacionais, com direito à imunidade diplomática, suscitando uma efêmera comparação de sua estrutura funcional com a de uma organização internacional, embora essa afirmação seja passível de intensa discussão¹⁹.

A presença de serviços de informação em cada um dos seis Estados foi outra explicação para o êxito das atividades contrarrevolucionárias da Condor. Estes governos organizaram agências de Inteligência próprias, segundo os moldes internacionalmente considerados mais seguros. Instituições que visavam defender a segurança dos Estados contra os perigos criados pelos “inimigos vermelhos” e demais opositores.

18 Contreras, após ser questionado diretamente sobre a existência do Plano Condor negou o fato de um “plano” ter sido implementado, afirmando que na verdade não representou mais do que um “banco de dados”. Confira essa entrevista no documentário brasileiro Condor (106 min.), dirigido por Roberto Mader e produzido pela Focus Filmes e Tabafilmes, em 2007.

19 Alguns autores afirmam que a Condor se inspirou na *International Criminal Police Organization* (a INTERPOL), uma OIG contra crimes transnacionais, localizada na França. Nesse sentido, a iniciativa sul-americana, supostamente, teria sido uma provável “Interpol da Subversão” (Dinges, 2005). No entanto, é incorreto e exagerado afirmá-lo, principalmente, pois ela não possuiu o requisito básico de toda organização intergovernamental: a personalidade jurídica internacional. Essa condição a tornaria um ator amparado pelo Direito Internacional, com seus direitos e obrigações assegurados internacionalmente. O que de fato não ocorreu.

Elas operavam internacionalmente via troca de informações sobre os movimentos dos opositores políticos, na área da Condor, ou para fora dela. A principal articuladora desses serviços secretos foi a chilena *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA). Na Argentina, tiveram papel destacado a organização parapolicial clandestina Triple-A (*Alianza Anticomunista Argentina*), até o golpe de Estado 1976, e, posteriormente, o *Servicio de Inteligencia del Estado* (SIDE). No caso brasileiro, o Centro de Informações no Exterior (CIEX) foi um emblemático exemplo da participação da diplomacia brasileira e de sua interação com os demais parceiros da Condor.

A atuação da Condor teve três fases distintas. Inicialmente, dedicou-se ao armazenamento de informações sobre pessoas e organizações consideradas subversivas, suspeitas de vínculos com o comunismo ou de desenvolverem atividades contra os regimes militares. Esse período é classificado como “*el intercambio de Inteligencia sobre exiliados políticos*”, caracterizando a primeira fase, desde o início dos anos ‘70 (Méndez, 2006: 17).

A partir de 1974, a Condor voou mais alto, iniciando a sua segunda fase. Neste sentido, em 1975, a Operação foi oficializada pelos seus integrantes. E em 1976, ano do golpe militar na Argentina, radicalizou então sua ação repressiva. Nesta ocorreram ações militares altamente secretas e violentas “contra os alvos no interior dos seis países-membros” (Dinges, 2005: 35).

O assassinato do casal Prats em 1974 é emblemático e mostra o funcionamento dessa segunda fase. O General chileno Carlos Prats González e sua esposa Sofía Cuthbert estavam exilados em Buenos Aires, desde o golpe de Pinochet no Chile. Através de cartas, Carlos informava aos amigos exilados em outros países, que sabia que estava sendo espionado²⁰, pois era visto como uma ameaça pelo novo governo chileno. Tinha muitos seguidores silenciosos no exército. “Conocía demasiados secretos y hablaba de la participación estadounidense en el golpe, e incluso Washington silenció la desaparición y tormentos de ciudadanos norteamericanos a manos de la dictadura” (Calloni, 1999: 47). O casal não pôde deixar a Argentina por falta de documentos e também porque o consulado chileno demorou para confeccioná-los. Por isso, teve de permanecer até a noite de 29 de setembro de 1974, quando foi vítima de um atentado terrorista. “Tanto Chile como Estados Unidos negaron cualquier partici-

20 Além do grupo de espíões chilenos e da CIA, Prats se referia à argentina *Triple-A*, que tinha por hábito sequestrar, ameaçar e assassinar principalmente esquerdistas, intelectuais e sindicalistas populares. Essa organização terrorista controlada pelo Estado argentino manteve conexão direta com a CIA.

pación. Pero nadie tenía dudas sobre la mano que actuó y sobre quienes dieron la orden, así como sus cómplices” (Calloni, 1999: 48). Somente em 1995 descobriu-se que o agente chileno Enrique Arancibia Clavel e o norte-americano Michael Townley²¹, pertencentes à DINA, haviam sido os responsáveis pelo assassinato.

O assassinato do casal chileno em território argentino foi mais uma prova da internacionalização do terror que caracterizou a Condor e a cooperação existente entre os governos norte-americano, chileno e argentino. As ditaduras (e o governo democrático argentino) não toleravam a presença de militantes de esquerda na região, nem de exilados políticos “de alto nível, que denunciaban en forma permanente las atrocidades de la dictadura (Calloni, 1999: 47). Por isso, sua eliminação tornava-se imprescindível²².

Outro exemplo da internacionalização do terror foi a *Operación Colombo*. Orquestrada pela DINA com a ajuda de cúmplices na Argentina e em outros países, 119 militantes chilenos, em sua grande maioria do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR), opositores do governo de Pinochet, desapareceram do Chile entre maio de 1974 e fevereiro de 1975. Poucos meses depois, a DINA e a Triple-A forjaram uma farsa, publicando em jornais argentinos e brasileiros a falsa notícia de que esses esquerdistas haviam sido mortos após uma disputa interna. O objetivo era “convencer a la ciudadanía y al mundo que los 119 [...] habían huido del país y se habían matado entre ellos por rencillas internas” e, também, “[...] responder ante la presión internacional por las reiteradas denuncias de desapariciones forzadas ocurridas en Chile” (Ceme, 2004). Essa operação foi uma das primeiras iniciativas violentas orquestradas dentro da Condor, marcada pela colaboração entre seus serviços secretos.

Na terceira e última fase intensificou-se o grau de violência²³. Foi

21 O americano Michael Vernon Townley Welsh era um informante da CIA, no Chile. Com o golpe chileno tornou-se um agente da DINA.

22 Outro exemplo semelhante ocorreu em 19 dezembro de 1974: O Coronel uruguaio Ramón Tralbal foi enviado como adido militar à Paris, após o golpe de Juan Bordaberry, onde foi assassinado a tiros na rua.

23 Stella Calloni resume o funcionamento da terceira fase: “[...] en el caso de que un terrorista o simpatizante de una organización terrorista de un país miembro [...] se encontrara en un país europeo, se enviaría un grupo especial [...] para localizar y vigilar al objetivo. Cuando hubiera terminado la operación de localización y vigilancia, se enviaría un segundo grupo [...] para llevar a cabo el castigo real contra el objetivo. Los grupos especiales serían provistos de documentación falsa de los países miembros del ‘Operativo Cóndor’ (Calloni, 1998).

o momento em que se estenderam as manobras repressivas para fora da América Latina, “para perseguir e assassinar inimigos que operavam a partir do exílio” (Dinges, 2005: 245). Grupos especiais formados nos países-membros da aliança viajavam para qualquer parte do mundo, objetivando eliminar militantes e simpatizantes pertencentes às organizações políticas clandestinas, com atuação no território dos partícipes da Condor. Essa última foi a mais radical em termos de crueldade, de violência política, de politicídio²⁴. Foi o período no qual esse plano se internacionalizou novamente, enquanto combatia inimigos em outros continentes.

Em 21 de setembro de 1976, outro atentado terrorista entrou para a lista da Condor. No bairro das embaixadas em Washington (*Embassy Row*) uma bomba ativada por controle remoto explodiu o automóvel do ex-ministro de Relações Exteriores e de Defesa do Chile, durante o mandato de Salvador Allende, o chileno Marcos Orlando Letelier del Solar, que morreu na explosão, acompanhado de sua assistente americana Ronney Moffit. Letelier havia sido a primeira autoridade política presa quando ocorreu o golpe militar no Chile. A missão terrorista, organizada também pela DIN A, teve ajuda de representantes do *Movimiento Nacionalista Cubano* (MNC)²⁵ e novamente do agente americano Michael Townley.

A participação brasileira

A partir de 1964, o Presidente Castelo Branco, o primeiro governo da ditadura civil-militar brasileira, mudou o posicionamento da política externa brasileira (PEXB). Adotou uma percepção de mundo calcada na ideia dos círculos concêntricos²⁶ e das fronteiras ideológicas da Guerra

24 O termo em inglês *politicide* refere-se ao aniquilamento motivado por questões políticas, de uma coletividade de nacionais e pode ser encontrado em diferentes trabalhos de Barbara Harff (2003).

25 Conforme mencionado anteriormente, o MNC foi um grupo cubano terrorista radicado em Miami, que se opunha ao governo de Fidel Castro. A morte de Letelier serviria para mostrar a extensão da força desse movimento.

26 Pressupõe-se a existência de três círculos de importância e merecimento de atenção da diplomacia brasileira: a) o primeiro – é constituído pela América Latina, por isso buscou-se o fortalecimento das relações com os vizinhos do hemisfério, juntamente da integração latino-americana; b) o segundo revela o interesse pelas relações com o hemisfério completo, sobretudo através da “histórica amizade” com os EUA; e c) o terceiro círculo compreende as interações com a Europa Ocidental e a África Ocidental.

Fria. As questões de segurança (inter) nacional e de desenvolvimento apareciam interligadas e por isso “os militares colocaram a segurança como objetivo primário [para] alcançar o desenvolvimento, [e essa] era condição necessária [para] obter a segurança” (Silva, 2000: 26, grifos meus).

Para auxiliar na hermeticidade e êxito do regime ditatorial a direita militar brasileira criou sua agência de informações própria. Em 1966, o Centro de Informações do Exterior (CIEX) foi criado para estar a serviço exclusivo da defesa e manutenção do Estado. Pio P. Filho (2009, 46, grifo meu) comenta que “o objetivo da ditadura era estar sempre um passo à frente daqueles que contestavam o regime, seja no país ou fora dele”. Nessa lógica, o CIEX controlou e seguiu os rastros dos exilados brasileiros²⁷. Principalmente daqueles “que ainda estavam na atividade política e [que] não aceitavam a nova ordem, abastecendo a dita comunidade nacional de informações [sobre o] que acontecia no exterior”.

Através de sua diplomacia, o Estado brasileiro colaborou na década de 70 com os demais parceiros regionais, após ter aderido à Operação Condor. Embora negada por alguns diplomatas, essa foi a principal atividade e característica do CIEX, diferenciando-o das outras renomadas agências de informação presentes no cenário internacional. Durante o mesmo período, muitas Embaixadas brasileiras também controlavam a vida dos exilados brasileiros residentes no exterior, desconstruindo a ideia de que o *Itamaraty*²⁸ nunca havia interferido em ações militares ligadas à ditadura brasileira (Filho, 2009). Vinculado ao Ministério de Relações Exteriores (MRE), o CIEX foi oficialmente chamado de Assessoria de Documentação de Política Exterior (ADOC) até o ano de 1985, contabilizando 19 anos de exercício e mais de 20 mil páginas de relatórios compilados²⁹, que foram recolhidos como acervo da extinta Divisão de

27 A perseguição a brasileiros não fez distinção entre lideranças políticas ou militares, muito menos entre guerrilheiros e estudantes ou pessoas comuns que se opusessem ao regime. Dentre estes, citam-se como exemplo: os ex-presidentes João Goulart, Juscelino Kubitschek, Fernando Henrique Cardoso; o ex-governador Leonel Brizola; os deputados Miguel Arraes, Neiva Moreira, Márcio Moreira Alves; o ex-ministro e fundador da Universidade de Brasília, Darcy Ribeiro; o ex-almirante Candido Aragão; e os intelectuais Antônio Callado, Florestan Fernandes e Celso Furtado.

28 Esse termo refere-se ao Palácio Itamaraty, que é a sede oficial do Ministério de Relações Exteriores do Brasil e de seu corpo diplomático, estando localizado na cidade de Brasília, capital desse país.

29 Com documentos sobre atividades de cidadãos brasileiros no exterior, acompanhamento de emissão de passaportes, vistos, naturalização, análise de conjuntura, etc. Isso demonstra que dificilmente um brasileiro, mesmo exilado, a salvo no exterior, na Europa, na América Latina, na África ou mesmo na extinta URSS, passaria despercebido.

Segurança e Informações do MRE. Atualmente, os arquivos encontram-se no Arquivo Nacional, na Coordenação Regional, em Brasília.

A vigilância política realizada pelo CIEX, com auxílio do Itamaraty não vigiava somente os exilados brasileiros. Estrangeiros exilados residentes no Brasil, considerados subversivos em seus países de origem, eram igualmente investigados e perseguidos pela instituição brasileira. “Também foram alvos políticos, empresários e até diplomatas de países socialistas ou comunistas em missão oficial dentro do território brasileiro. Para o CIEX, a espionagem não era uma atividade meramente operacional” (Sequeira, 2007). A agência brasileira auxiliou a desarticular grupos subversivos e esquerdistas dos países parceiros regionais, ainda que seu principal alvo fossem os exilados brasileiros.

A função maior do CIEX era justamente essa: monitorar, vigiar e seguir os passos dos exilados brasileiros que ainda estavam na atividade política e não aceitavam a nova ordem, abastecendo a dita comunidade nacional de informações a par do que acontecia no exterior (Filho, 2009: 46).

Embora criada nos anos ‘70, a Operação Condor tinha suas raízes na colaboração brasileira com alguns países do Cone Sul, a partir do final da década de ‘50. Entre 1959 e 1960, a Escola Superior de Guerra (ESG), promoveu cursos de capacitação sobre *inteligência* e repressão para os serviços secretos dos países que, posteriormente, integraram a Condor.

Mais tarde, em 1965, as aulas foram retomadas no Brasil e cursadas até 1973, sendo que em 1971 havia sido fundada a Escola Nacional de Informações (EsNI)³⁰, responsável pela formação brasileira de novos integrantes dos aparelhos de segurança. “Na nova escola, eram ministradas aos alunos, além das disciplinas próprias da atividade de espionagem, aulas de línguas estrangeiras, ideologias políticas, história etc.” (Krischke, 2008: 63-64).

Os capacitadores brasileiros atuaram em conjunto com os governos do Cone Sul em distintas ocasiões. Eles também “[...] promoviam constantemente ‘conferências bilaterais’ e intercâmbio de materiais produzidos em nossos ‘aparelhos de repressão’, [...] muito utilizados por seus similares, em todo o Cone Sul [...]” (Krischke, 2008: 63-64, grifo do autor). Ademais, o governo brasileiro também colaborou com os golpes

30 Na década de 1990, através do governo Collor de Melo, a EsNI tornou-se o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos (CEFARH), na tentativa de eliminar qualquer matéria de natureza ideológica do processo. Ver sítio da Agência Brasileira de Inteligência. Disponível em: <http://www.abin.gov.br/modules/mastop_publish/?tac=142>. Acesso em: 13 abr. 2013.

militares na Bolívia (1971), e ao longo do ano de 1973 no Uruguai e no Chile.

Essas circunstâncias comprovam a atuação do Brasil com relação às ditaduras sul-americanas, que já havia tido início antes da década de '70.

Entretanto, Pio P. Filho (2009, 48) defende o contrário. Para ele “o Brasil preferiu não se envolver tão diretamente e não se comprometer tanto com o esquema vislumbrado pelos chilenos e acompanhados com certo entusiasmo pela Argentina e pelo Paraguai”. Provavelmente porque no momento da criação da Condor, o Brasil do ditador Geisel já engatinhava com o processo de reabertura política. Isso indica que não lhe interessava ou necessitava mais investir numa contraofensiva comunista, face às dificuldades enfrentadas pelo regime, e porque os grupos esquerdistas domésticos já haviam perdido força.

As organizações revolucionárias e os exílios

Os inimigos que a Operação Condor procurou eliminar eram os denominados subversivos pelos regimes civil-militares. Durante a primeira reunião do setor de inteligência na capital chilena o Coronel Contreras alertou que seriam considerados inimigos pela Operação Condor todos os indivíduos simpatizantes ou defensores de ideias consideradas subversivas pelos governos da região. Nos países do Cone Sul eles integravam grupos guerrilheiros ligados a várias organizações revolucionárias do continente (Mariano, 2006). “[...] O Serviço de Inteligência chileno ficara sabendo que grupos clandestinos haviam-se reunido numa campanha internacional que combinava ataques armados e diplomacia internacional, com bases” na América Latina e apoio na Europa (Dinges, 2005: 32). Os serviços de informação local referiam-se ao que viria a ser mais tarde a *Junta Coordinadora Revolucionaria* (JCR). Por isso, a Condor deveria preparar-se para eliminá-la, garantindo a preservação dos valores ocidentais, cristãos e liberais em seus territórios.

Fundada no início da década de 70, a JCR pretendia mobilizar os guerrilheiros do Cone Sul para combater as ditaduras cívico-militares. Em outubro de 1972, por iniciativa do líder chileno Miguel Enríquez, representante do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR), os principais chefes das organizações sul-americanas revolucionárias deram início à primeira cúpula revolucionária, no Chile. Estiveram também presentes o *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP) da Argentina e uruguaios do *Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros* (MLN-T/ Tupamaros). Os

guerrilheiros bolivianos do *Ejército de Liberación Nacional* (ELN) passaram a frequentar as reuniões regionais somente em 1973 (Dinges, 2005)³¹. Os membros desses movimentos aprovaram o envio de “quadros ao Chile para a realização de treinamento militar e ideológico em campos remotos nas montanhas dos Andes, em Cajón del Maipo” (Dinges, 2005: 87).

Com o amadurecimento da coligação, fundaram oficialmente a *Junta Coordinadora Revolucionaria* em agosto de 1973. Organizaram um poder revolucionário da JCR totalmente desconhecido e temeroso para os integrantes da Condor³². Isso aumentava, por sua vez, a urgência em eliminá-los da região.

A internacionalização do terrorismo de Estado pela Condor resultou na vitimização e no desencadeamento do processo de exílio de centenas de milhares de sul-americanos. Entre 1970 e 1980, essa operação causou danos irreparáveis às sociedades sul-americanas. As ditaduras cívico-militares perseguiram, torturaram e assassinaram milhares de cidadãos. Dificilmente, diferenciavam suas vítimas por nacionalidade, sexo ou idade. Não poupavam nem civis, nem autoridades políticas sul-americanas consideradas suspeitas.

O resultado dessa violência internacional foi o desaparecimento ou a morte de cidadãos e a migração massiva de pessoas em risco de vida. Ao finalizar os anos ‘70 as forças repressivas da região já haviam expulso, conforme Paredes (2004, 6), “[...] cuatro millones de exiliados en países vecinos, 50.000 asesinatos, al menos 30.000 desaparecidos, 400.000 encarcelados y 3.000 niños asesinados o desaparecidos”. E os principais destinos dos exilados foram “México, Panamá, Venezuela, Perú, Cuba, entre otros, y países de Europa y nórdicos debieron abrir sus puertas a millones de refugiados” (Calloni, 1999: 16).

Estatísticas paraguaias ajudam a exemplificar a dificuldade da contagem de óbitos do período. A organização Agrupación de Familiares de Detenidos y Desaparecidos del Paraguay avalia que o regime tenha assassinado entre três e quatro mil presos políticos, além de ter capturado

31 Os líderes argentinos do ERP presentes nas diversas reuniões eram Mario Roberto Santucho, Luis Mattini, Domingo Menna e Enrique Gorriarán Merlo. Os tupamaros uruguaios estavam representados por Efraín Luis Martínez Platero e William Whitelaw. Os bolivianos do ELN contavam com Osvaldo Chato Peredo e o major Rubén Sánchez.

32 A JCR concretizaria a visão estratégica de Che Guevara para “formar algo semelhante a *Juntas de Coordinación* (conselhos ou comissões coordenadores revolucionários) a fim de tornar o trabalho repressivo do imperialismo ianque mais difícil e de facilitar a própria causa” (Dinges, 2005: 88).

e torturado muitos outros (Feierstein, 2009). Mas, essas estatísticas não passam de estimativas³³.

Muitos cidadãos do Cone Sul sobreviveram a essa fase de terror, porque se exilaram em outros países do Continente ou na Europa. Na década de 1970, durante o curto período democrático argentino, prévio ao último golpe militar, muitos exilados sul-americanos viveram na Argentina. Nesse curto período de tempo, o número de exilados dentro desse território cresceu rapidamente de 533.850 para 753.428. E, segundo dados do Alto Comissariado para Refugiados das Nações Unidas (ACNUR), em poucos anos concedeu-se asilo para pelo menos 1.075 indivíduos (Paredes, 2004).

A descoberta de alguns acervos documentais no Cone Sul permitiu revelar que a Condor voou mais alto do que se imaginava, mas não são suficientes para quantificar o número de vítimas. Muitos dados e histórias, todavia, não foram localizados. E, por isso, essas circunstâncias dificultam uma aproximação fiel do número real ou preciso de vítimas.

A experiência do cidadão paraguaio Martín Almada confirma mais uma vez a internacionalização do processo de terrorismo estatal do sistema Condor. No final de 1974, Almada foi preso em sua residência, e incriminado como “terrorista intelectual”, por um tribunal militar integrado por agregados militares da Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai, em decorrência de sua tese intitulada “*Paraguay: Educación y dependencia*”, que chegou ao conhecimento do governo de Stroessner. Os militares o torturaram durante um mês. Sua esposa, Celestina Pérez, foi também interrogada e forçada a escutar ao telefone os gemidos de Almada, sendo torturado em outro recinto. Dias depois, descobriu-se que ela havia sofrido um ataque cardíaco fulminante e falecera. Ele havia estado preso quatro anos e teve seus bens confiscados. Somente em 1978 recuperou a liberdade e embarcou para o exílio no Panamá e depois para Paris. Ele é apenas um dos sobreviventes dessa fase que lutam pelos direitos humanos, pela realização de justiça e esclarecimento da verdade e reforço da memória sobre os fatos.

Outro caso exemplar da internacionalização foi o sequestro de dois exilados uruguaios em território brasileiro. A professora uruguaia Lilian Celiberti³⁴ vivia exilada com Universindo Rodríguez Díaz, junto dos

33 Por uma questão de espaço, optou-se por não citar as inúmeras investigações de organizações argentinas de direitos humanos, que têm documentado amplamente essas cifras e estatísticas sobre as vítimas.

34 Para assistir ao depoimento de Celiberti confira o documentário brasileiro Condor (106 min.), dirigido por Roberto Mader e produzido pela Focus Filmes e Tabafilmes, em 2007.

dois filhos pequenos dela, em Porto Alegre, extremo sul do território brasileiro. Em 12/11/78, ambos foram levados por um comando de policiais brasileiros, para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)³⁵ gaúcho, que os interrogou e torturou junto dos militares uruguaios nessa operação (Cardoso, 2000). Na época, a mídia nacional ao descobrir o crime noticiou-o imediatamente, favorecendo sua repercussão também internacionalmente. O casal foi levado clandestinamente ao Uruguai, onde ficou preso durante cinco anos (Fortes, 2010). O sequestro do casal de uruguaios³⁶ pelos agentes da repressão uruguaia foi possível porque o governo brasileiro não reagiu à invasão do território nacional por militares uruguaios.

Considerações finais

A internacionalização do terror provocada pela Operação Condor foi efeito do novo cenário internacional do fim dos anos 1940. Com a conclusão da Segunda Grande Guerra, as relações internacionais se orientaram pela rivalidade entre EUA e URSS. A Guerra Fria dividiu o sistema internacional em dois blocos incompatíveis: o não comunista e o comunista. Ambos buscaram aliados e zonas de influência nos quatro cantos do mundo, assim como ocorreu no Cone Sul. Nesse sentido, pode-se dizer que a Condor respondeu a uma necessidade norte-americana, para complementar sua política de proteção hemisférica.

A partir da década de 1960, para combater o comunismo nessa região, fez-se uso de um sistema de segurança internacional complexo, aplicado a toda América Latina. Os militares latino-americanos receberam ajudas materiais e financeiras e foram doutrinados em escolas militares norte-americanas. Estabelecimentos de ensino militar, como a Escola

35 O Departamento de Ordem Política e Social foi um órgão civil de repressão criado pelo governo brasileiro em 1924, especialmente para servir o governo do chamado Estado Novo. Esse órgão tinha por objetivo controlar e reprimir a oposição política e social ao governo no poder. Mais tarde, durante o regime civil-militar brasileiro (1964), seu principal alvo foram as atividades intelectuais, sociais, políticas e partidárias ligadas ao comunismo. Isso fez com que esse órgão atuasse intensamente no território brasileiro, tornando-se, segundo Filho (2009:55) o “braço armado civil do regime militar”.

36 Os dois uruguaios não eram um casal como muitos jornais, revistas e outros trabalhos noticiaram ou reproduzem até hoje. Ambos viviam apenas juntos. Portanto, o termo *casal*, aqui corresponde simplesmente à ideia de uma dupla formada por um homem e uma mulher.

das Américas, receberam enormes contingentes de oficiais militares, que foram instruídos sobre técnicas terroristas internacionais de contraguerilha para combater grupos guerrilheiros regionais, inimigos dos regimes cívico-militares. Junto desses institutos de ensino militar internacional, as escolas de guerra nacionais foram fundamentais para a formação de classes militares, que adotaram posteriormente sofisticadas técnicas de tortura e de repressão por cada regime civil-militar.

Na década de 70, a cooperação entre os diferentes serviços de inteligência e Forças Armadas nacionais facilitaram o processo de internacionalização da Condor. Estas instituições da Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai, funcionaram como pilar essencial para expandir as estratégias e iniciativas desse grupo de Estados, liderado pelo regime civil-militar chileno de Pinochet e da DINA. A Operação significou uma verdadeira internacionalização do terrorismo estatal desses Estados. Sua criação foi uma decisão dos governos, tomada clandestinamente, e respaldada pelos EUA através de suas agências de informação, como a CIA. Além dessas agências de informação os “condoreños” foram auxiliados em operações pontuais por parceiros do Cone Sul como o DISIP (serviço secreto venezuelano), ou o MNC. O que comprova que a Condor, além de receber ordens do norte, expandiu-se horizontalmente, entre seus vizinhos.

A Condor resultou numa articulação criminoso, internacional e violadora dos direitos humanos. Desrespeitou todas as normas básicas dos direitos internacionais fundamentais do homem, sistematizando o uso do terror psicológico nas sociedades sul-americanas. A constância da repressão e da violência contra os militantes denominados “subversivos” e todos aqueles que fossem considerados suspeitos, acabou escrevendo uma história negra do Cone Sul. Marcada pelos desaparecimentos, perseguição, extermínio político e outros delitos, considerados pelo Direito Internacional como crimes contra a humanidade.

O terrorismo estatal perpetrado pelos integrantes da Condor vitimou milhares de cidadãos sul-americanos, instalando o medo e a insegurança na região. Esta Operação foi responsável pelo assassinato de um grande número de pessoas, pelo incremento do fluxo de emigrados, de refugiados e asilados políticos, bem como do massivo exílio político de argentinos, chilenos, uruguaios, bolivianos, paraguaios e brasileiros, etc. Ficaram cicatrizes físicas, psicológicas que jamais serão apagadas da memória dos sobreviventes e de suas famílias.

Cabe destacar que o Brasil teve um papel importante na Operação Condor, embora muitos afirmem o contrário. Auxiliou na estruturação

e na administração da Condor, tendo contado com o apoio do Itamaraty e de seu corpo diplomático. O fato é negado ou não comentado por essa Instituição. Além disso, os militares brasileiros foram doutrinadores de muitos integrantes da DINA, e de outros países vizinhos. O governo militar brasileiro também ajudou a desestruturar os governos denominados “comunistas” da região, juntamente da contribuição em atividades pontuais de perseguição e tortura de prisioneiros.

A luta pela descoberta dos fatos e a condenação dos culpados da Condor é ainda árdua e incipiente. Considerando-se o ano de 1975, já se passaram quase quarenta anos desde sua criação. E sabe-se muito pouco sobre a real extensão dos fatos, sobre seus efeitos no Cone Sul, menos ainda sobre a atuação brasileira. Deve-se considerar igualmente que muitas provas foram perdidas ou destruídas e, cada nova descoberta é mais uma peça do quebra-cabeça sobre essa história, sobre as vítimas e sobre os criminosos envolvidos.

Por isso, é de grande importância a preservação e a divulgação de acervos históricos como o paraguaio e/ou de outros ainda não descobertos. Para cooperar com os trabalhos desenvolvidos pelas Comissões da Verdade, existentes em todos os países que integraram a Operação Condor. Essas informações são decisivas para encerrar essa longa e dramática fase de terror, na qual os países do Cone Sul conheceram e sofreram o terror levado a suas últimas consequências.

Referências

- Marmontel, Leonardo “Operação Condor: A internacionalização do terror” *Estudios Avanzados* 21 (Santiago, jun. 2014): n° de página: desde – hasta
- Bauer, Caroline S. “Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países”. 445 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- Braga, Leonardo Marmontel. “A internacionalização do terror: o caso argentino”. 225 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- Calloni, Stella. *Los Años del Lobo: Operación Cóndor*. Buenos Aires, Continente, 1999.

- _____. “Los Archivos del Horror del Operativo Cóndor”. (1998). Sin ISSN <http://www.derechos.org/nizkor/doc/condor/calloni.html>. (consultado 28-03-2011).
- Cardoso, Maurício. “Ferida aberta” en: *Veja* [en línea] (São Paulo, n. 1649, 17 maio 2000). Sin ISSN http://veja.abril.com.br/170500/p_042.html. (consultado 20-10-2010).
- Ceme, Centro de Estudios Miguel Enriquez. “Los 119 detenidos desaparecidos de la ‘Operación Colombo’” (2004). en http://www.archivochile.com/Derechos_humanos/119/ddhh1190017.pdf (consultado 21-01-2012).
- Chile, República de. “00143F0011”. (oct. 1975) en: http://dspace.wrlc.org/doc/get/204_1/55385/143F0011-0022display.pdf (consultado 25-01-2012).
- Comblin, Pe. Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- Cunha, Maria J. C. “A Operação Condor. Lugar de fala e enquadramento na narrativa jornalística”. *Revista Intercâmbio dos Congressos Internacionais de Humanidades* [en línea] (Brasília, 2010). ISSN 1982-8640. http://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pes_soa/temp/anexo/1/390/685.pdf (consultado 28-12-2011).
- Cuya, Esteban. “La ‘Operación Cóndor’: El Terrorismo de Estado de Alcance Transnacional”. *Memoria* [en línea] (Nuremberg, 1993). Sin ISSN <http://www.derechos.org/koaga/vii/2/cuya.html> (consultado 24-01-2012).
- Dinges, John. *Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.
- España, Reino de. “Auto: Contra Augusto Pinochet. Procedimiento: Sumario 19/97. Terrorismo y Genocidio. Operativo Cóndor”. Juzgado Central de Instrucción, n. 5, Audiencia Nacional (Madrid, 10 dic. 1998) en: www.fasic.org/doc/auto.pdf. (consultado 22-01-2012).
- Marmontel, Leonardo “Operação Condor: A internacionalização do terror” *Estudios Avanzados 21* (Santiago, jun. 2014): n° de página: desde – hasta
- Fernandes, Ananda S. “Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)”. 274 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- Feierstein, Daniel (comp.). *Terrorismo de estado y genocidio en América Latina*. Buenos Aires, Prometeo Libros, Programa Naciones Unidas para el Desarrollo, 2009: 9-32.

- Filho, Pio Penna. “O Itamaraty nos anos de chumbo: o Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979)”. *Revista Brasileira de Política Internacional* Vol. 52, Nº 2 (Brasília, 2009): 43-62.
- Fortes, Leandro. “Lilian Celiberti encara o sequestrador”. *CMI Brasil* (05 fev. 2010). Sin ISSN. <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2010/02/464370.shtml> (consultado 26-10-2010).
- Gaudichaud, Franck. “L’ombre du Condor. Contre-révolution et Terrorisme d’Etat International dans le Cône Sud”. *Amnis* [en ligne] (Paris, 2003). ISSN 1764-7193. <http://amnis.revues.org/473#text> (consultado 21-10-2010).
- Harff, Barbara. “No lessons learned from the Holocaust? Assessing risks of genocide and political mass murder since 1955”. *American Political Science Review* [en línea] (Washington DC., 2003). <http://www.brynmawr.edu/socialwork/GSSW/schram/harff.pdf>. (consulted 06-02-2012).
- Jornal do Comércio Online. “Arraes foi avisado sobre a Operação Condor”. *Jornal do Comercio*, Recife (11 mar. 2001): en http://www2.uol.com.br/JC/_2001/1103/po1103_4.htm. (consultado 18-10-2010).
- Krischke, Jair. “O Papel Protagônico do Brasil na Operação Condor” en: Rio Grande do Sul. *Relatório Azul 2008*. Porto Alegre, CORAG, 2008: 63-85.
- Mariano, Nilson C. “Montoneros no Brasil: terrorismo de estado no sequestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos”. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- Méndez, José L. M. *Bajo las alas del Cóndor*. La Habana, Editorial Capitán San Luis, 2006.
- Padrós, Enrique S. “O Paraguai de Stroessner no Cone Sul da Segurança Nacional”. Ponencia presentada en: *IX Encontro Estadual de História da ANPUH-RS*, Porto Alegre, Brasil, julio de 2008.
- _____. “Como el Uruguay no hay: terror de Estado e segurança nacional. Uruguai (1968-1985): do pachecato à ditadura civil-militar”. 876 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- Paredes, Alejandro. “La Operación Cóndor y la Guerra Fría”. *Universum* [en línea] (Talca, 2004). ISSN 0718-2376. http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-23762004000100007&lng=es&nrm=isso (consultado 30-10-2010).

- Reis, Ramiro José dos. “Metodologia de Terror de Estado no sequestro e cárcere dos uruguaios Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez Díaz (1978-1983)”. *Antíteses*, v. 2, n. 4 (Londrina, 2009): 915-935.
- Sequeira, Claudio D. “O serviço secreto do Itamaraty”. *Correio Brasileiro* (Brasília, 22 jul. 2007). Sin ISSN. http://www.direitos.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=3616. (consultado 22-10-2010).
- Weissheimer, Marco A. “O que a falácia da ditabranda revela”. *Carta Maior* [en línea] (31 mar. 2011). Sin ISSN. http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17633. (consultado 19-04-2013).

RECIBIDO: 17-07-2013 • APROBADO: 26-08-2013

Datos del autor: Leonardo Marmontel Braga é professor no curso de Relações Internacionais do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai (IDEAU) – Faculdade IDEAU, Campus Bagé, (Bagé, Brasil). É Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário La Salle e Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Rio Grande do Sul, Brasil). Correo electrónico: leonardo.m.brag@gmail.com